

Companhia Paranaense de
SECURITIZAÇÃO



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230

ATA

1ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 3ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS NO DIA 12 DE ABRIL DE 2016

1. Data, Hora e Local

Realizada aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta minutos, na sede da Companhia, situada na Avenida Vicente Machado n.º 445, 16º andar, nesta Capital do Estado do Paraná.

2. Convocação e Presenças

Dispensadas as formalidades para convocação da Assembleia, diante do comparecimento de todos os acionistas, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Federal nº 6.404/1976. Presentes os acionistas: Estado do Paraná, representado pelo Procurador do Geral do Estado, Dr. Paulo Sérgio Rosso; Srs. Mauro Ricardo Machado Costa, Rogério Perna e George Hermann Rodolfo Tormin.

3. Mesa

Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mauro Ricardo Machado Costa, Presidente do Conselho de Administração, e secretariados pelo Sr. Rogério Perna.

4. Ordem do Dia

4.1 Ordem do Dia da 1ª Assembleia Geral Ordinária

- 1) Aprovação das demonstrações financeiras de encerramento do exercício social de 2015 acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;
- 2) Eleição dos membros do Conselho Fiscal;
- 3) Definição da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

4.2 Ordem do Dia da 3ª Assembleia Geral Extraordinária

Definição da remuneração dos Administradores.

5. Deliberações

5.1 Deliberações da 1ª Assembleia Geral Ordinária

O Presidente da Assembleia abriu os trabalhos e colocou em discussão os seguintes assuntos:

- 1) Aprovação das demonstrações financeiras de encerramento do exercício social de 2015 acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

Em cumprimento de suas atribuições legais, previstas no art. 132, I, da Lei Federal nº 6.404/1976, os Srs. Acionistas analisaram as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao encerramento do exercício social de 2015, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas e pelo Relatório da Administração, e deliberaram, por unanimidade, aprovar as Demonstrações Financeiras do encerramento do Exercício Social de 2015, por refletirem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade na data de 31 de dezembro de 2015.

- 2) Eleição dos membros do Conselho Fiscal.

Em cumprimento de suas atribuições legais, previstas no art. 132, III, da Lei Federal nº 6.404/1976, os Srs. Acionistas elegeram, por unanimidade, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia, os seguintes Conselheiros Fiscais e respectivos suplentes, a saber: **Membro Efetivo: Marlene de Souza Strada**, brasileira, casada, funcionária pública, titular da Cédula de Identidade RG nº 6.585.701-4 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 021.665.449-16, residente e domiciliada na Travessa Arnaldo Ferreira de Abreu nº44, Q18 L04, Bairro Sítio Cercado, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81.920-725 e **Membro Suplente: Maurílio Guerreiro Campos**, brasileiro, casado, contador, titular da Cédula de Identidade RG nº 4.231.143-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 553.773.279-34, residente e domiciliado na Rua Padre Dehon nº 1059, apto 610, Bairro Vila Hauer, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.630-090; **Membro Efetivo: Edemilson José Pego**, brasileiro, casado, contador, titular da Cédula de Identidade RG nº 4.897.515-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 681.472.609-20, residente e domiciliado na Rua Odete Laura

CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230

Foggiato, nº 1035, Sobrado 04, Bairro Atuba, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 82.630-040 e **Membro Suplente: Giselli Cristina Opuskevich Dal Santo**, brasileira, viúva, contadora, titular da Cédula de Identidade RG nº 6.323.734-5 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 937.774.269-20, residente e domiciliada na Rua Professor Thomaz Warsteiner nº 196, apto.382, Bairro Portão, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.330-070; **Membro Efetivo: João Luiz Giona Junior**, brasileiro, casado, advogado, titular da Cédula de Identidade RG nº 8.412.086-3 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.782.139-03, residente e domiciliado na Rua Francisco Raitani nº 6971, Bl 02, apto 324, Bairro Capão Raso, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.110-070 e **Membro Suplente: Pedro Rafahel Fernandes Lobato**, brasileiro, solteiro, advogado, titular da Cédula de Identidade RG nº 47.593.649-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.240.991-23, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi nº 4400 82 TA, Bairro Cidade Industrial, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.280-350. Os membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes, ora eleitos, tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal.

3) Definição da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

No uso de suas atribuições legais, previstas no art. 162, § 3º, da Lei Federal nº 6.404/1976, os Srs. Acionistas aprovaram, por unanimidade, o montante global da Remuneração Anual do Conselho Fiscal, de abril de 2016 a março de 2017, no valor de R\$ 136.603,15 (cento e trinta e seis mil seiscentos e três reais e quinze centavos), já incluídos os encargos. Cada membro do Conselho Fiscal perceberá uma remuneração de R\$ 3.162,11 (três mil cento e sessenta e dois reais e onze centavos), sendo condicionado, o seu recebimento ao comparecimento a, pelo menos, uma reunião mensal. No caso de impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões.

5.2 Deliberação da 3ª Assembleia Geral Extraordinária

Os Srs. Acionistas aprovaram, por unanimidade: (i) o montante global da Remuneração Anual da Diretoria Executiva, de abril de 2016 a março de 2017, no valor de R\$ 461.080,96 (quatrocentos e sessenta e um mil e oitenta reais e noventa e seis centavos). Neste valor já estão contemplados os encargos, a gratificação natalina e o terço constitucional de férias; (ii) que os membros do Conselho de Administração não serão remunerados.



6) Encerramento

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia, ofereceu a palavra, a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, deu por encerrada a sessão, solicitando a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai por todos assinada.

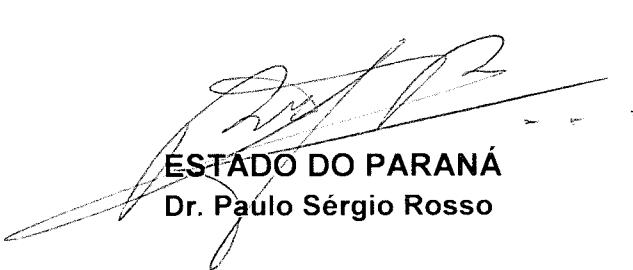


Rogério Perna
Secretário da Assembleia



Mauro Ricardo Machado Costa
Presidente da Assembleia

Acionistas:



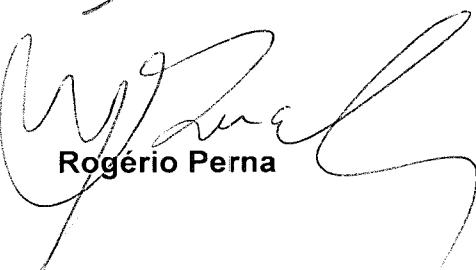
ESTADO DO PARANÁ
Dr. Paulo Sérgio Rosso



George Hermann Rodolfo Tormin



Mauro Ricardo Machado Costa



Rogério Perna

COMPANHIA PARANAENSE DE SECURITIZAÇÃO – PRSEC
CNPJ: 22.642.210/0001-71 / NIRE: 11200200220

CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230

Av. Vicente Machado, nº 445, 16º andar, Centro, Curitiba/PR, CEP 80.420-902

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2015

SENHORES AÇÃOISTAS: Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas dessas da Companhia Paranaense de Securitização – PRSEC (“Companhia” ou “PRSEC”), referente ao período de 16 de julho a 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselheiro Fiscal.

CONTEXTO OPERACIONAL: A constituição da Companhia foi autorizada pela Lei Estadual nº 18.468, de 29 de abril de 2015, tendo sido constituído no dia 16 de julho de 2015, pelo Estado do Paraná, açãoista majoritário, com seus 100% constitutivos arquivados no Júri Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR, no dia 24 de julho de 2015, com seu Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE sob nº 41300292250. A PRSEC é uma sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Paraná, regida-se pelo Estatuto Social, estabelecido na Constituição da Companhia, que é regulado e interpretado de acordo com o disposto na Constituição Federal, na Lei Federal nº 6.404/1976, pela Lei Estadual acima e pelas demais disposições legais aplicáveis. A Companhia é vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda e tem por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, ou outra forma de obtenção de recursos para o mercado de capitais, lastreada em direitos creditórios de titularidade do Estado. A PRSEC encontra-se na fase pré-operacional, sua Diretoria Executiva, dentre outras medidas administrativas, está autorizada pela Assembleia Geral de Constituição datada de 16/07/2015, a apresentar o pedido de registro de emissão de valores mobiliários, na categoria “B” quanto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM nos termos da IN CVM nº 480/2009, para fins de operacionalização do seu objeto social.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Após o arquivamento dos atos constitutivos da PRSEC na JUCEPAR, obtendo-se da inscrição no CRSP – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica na Receita Federal do Brasil nº 23.043.212.000-51, e autorização para funcionamento emitida pela Prefeitura Municipal de Curitiba (Alvara de Funcionamento sob nº 1.235.519/2015), em 20/08/2015, a Companhia entrou em regular funcionamento e na fase pré-operacional. Desde sua constituição, a Diretoria Executiva adotou um conjunto de medidas e procedimentos administrativos com foco na operacionalização do objeto social da Companhia, conforme destapage abaixo: (i) Nomeação de equipe técnica qualificada (assessora administrativo financeiro e assessor jurídico), no dia 15/09/2015, para suportar as atividades administrativas e jurídicas, em atenção ao adequado funcionamento da Companhia; (ii) Formalização do Termo de Acordo de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil S.A., no dia 15/09/2015, para a utilização do sistema eletrônico de licitações (rapelativas e licitações), visando a realização de aquisição de bens e serviços por meio de procedimento leilão – modalidade de Pregão Eletrônico; (iii) Conclusão dos estudos técnicos preliminares, com a abordagem sobre os aspectos legais e operacionais, necessários para a estruturação da Operação de Securitização dos direitos creditórios de titularidade do Paraná, oriundos do Programa Paraná Competitivo – (IV) Contratação da empresa I Volador Contabilidade Ltda – ME, mediante assinatura do Termo de Contrato PRSEC nº 02/2015, no dia 09/10/2015, para prestação dos serviços de contabilidade, registros paralegos e atos para a PRSEC. A referida contratação foi realizada por meio de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico (Pregão Eletrônico nº 01/2015 – PRSEC); (V) Contratação da HSBC Brasil S.A. (HSBC), mediante assinatura do Termo de Contrato PRSEC nº 03/2015, no dia 27/10/2015, para prestação dos serviços de serviços técnicos especializados de assessoria financeira para a estruturação, registro e distribuição pública, junto ao mercado de capitais, de valores mobiliários lastreadas em direitos creditórios de titularidade do Estado do Paraná. A referida contratação foi realizada mediante licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico (Pregão Eletrônico nº 02/2015 – PRSEC).

Estruturação da Primeira Emissão de Valores Múltiplas: A PRSEC, em conjunto com o Banco HSBC, está na fase de estruturação da operação de securitização dos direitos creditórios oriundos do Programa Paraná Competitivo, de titularidade do Estado do Paraná. O escopo do trabalho de estruturação da operação compreende quatro fases, conforme comentada de forma resumida: Fase 1 - Análise de Viabilidade: análise do fluxo de recebíveis e sua modelagem financeira, estruturação conceitual e formulação preliminar da operação; Fase 2 - Estruturação Preliminar: definição da estruturação jurídica e minuta dos contratos exigidos pela estrutura da operação; Fase 3 - Formulação Final: versões finais dos contratos das

operação, sondagem preliminar de potenciais investidores, obtenção de rating para a operação e registro da PRSEC como emissora de valores mobiliários, categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Fase 1 - Captação de Recursos: apresentação da estrutura da operação para potenciais investidores, publicação dos avisos legais necessários ao andamento da operação, colocação da operação no mercado de capitais, mediante procedimento de bookbuilding; o posterior Início da Operação financeira relativa à subscrição dos valores mobiliários pelos investidores. Na data de encerramento do exercício social de 2015, o processo de estruturação da operação de securitização está em andamento com atividades em desenvolvimento afetas às Fases 1 e 2, simultaneamente, com estimativa de realização da operação para o final do próximo trimestre de 2016, quando a Companhia deverá já estar pre-operacional para cumprir seu objeto social: **DESEMPENHO OPERACIONAL**; A PRSEC apresentou prejuízo de R\$ 165.551 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e uma reais) no período de 16 de julho a 31 de dezembro de 2015, em decorrência de seu carter pré-operacional, conforme destacado acima e nas Notas Explicativas relativas às Demonstrações Financeiras (elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil), as quais observaram a legislação societária, as normas emitidas pelo Conselho de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e pelas aprovações pelos órgãos reguladores, e demais normativos expedidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A gestão da PRSEC é realizada com base na distinção entre as funções e responsabilidades do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. O Conselho de Administração da PRSEC, conforme estabelecido no seu estatuto social, é o órgão de deliberação responsável pela orientação superior da Companhia e compõe-se por até 7 (sete) membros eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato unificado de 3 (três) anos. O Conselho Fiscal da Companhia é composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de 1 (um) ano, tendo suas atribuições e competências previstas na Lei Federal nº 6.404/1976. A Diretoria Executiva é composta por até 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 3 (três) anos, e as respectivas atribuições são aquelas definidas no Estatuto Social da Companhia. A Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e Preservação da Sílaba da Companhia, aprovada na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, na data de 14/09/2015, estabelece um conjunto de regras com a finalidade de garantir a preservação dos interesses de seus acionistas e investidores em cumprimento a legislação vigente, tendo por principios basilares a: (i) Obediência à legislação específica a que a Companhia esteja sujeita, (ii) Aderência às melhores práticas de relações com investidores, (iii) Transparência no tratamento com os investidores e o mercado de capitais em geral. **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES:** Em observância à instrução CVM nº 381/2002, a Companhia adotará preventivamente procedimentos de verificação da existência de conflito de interesse, perda de independência ou de objetividade do auditor independente no caso de eventual contratação de prestação de serviços que não estejam relacionados a auditoria externa. O objetivo desse procedimento visaria garantir a completa independência do auditor, partindo do princípio de que o auditor não deve: (a) auditar o seu próprio trabalho; (b) exercer funções gerenciais no seu cliente; (c) promover os interesses de seu cliente. Para a prestação dos serviços de auditoria independente, com emissão de parecer das Demonstrações Financeiras, elaboração dos relatórios de revisão especial das Demonstrações Financeiras Trimestrais - ETR e anais, a PRSEC contratará, mediante licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico (Pregão Eletrônico 03/2015 – PRSEC), conforme assinatura do Termo de Contrato CVM 381/2002 nº 04/2015, no dia 06/01/2016, a empresa KPMG Auditores Independentes. Em atendimento à instrução CVM 381/2002, informamos que a KPMG Auditores Independentes não prestou, no exercício de 2015, outros serviços que não sejam relacionados a auditoria externa. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 480/2009, conforme alterada, a Diretoria Executiva declara que receiram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social, compreendendo entre 16 de julho a 31 de dezembro de 2015.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)

Ativo	Nota	31/12/2015	Passivo
Circulante		1.104.971	Obrigações Circulante
Caixa e equivalente de caixa	4	1.102.566	Obrigações sociais e trabalhistas
Caixa		100	Obrigações sociais
Aplicações financeiras		1.102.466	Obrigações trabalhistas
Tributos a recuperar	5	2.405	Obrigações fiscais
			Outras obrigações
			Provisões
			Provisões previdenciárias e trabalhistas
			Patrimônio líquido
			Capital social
			Prezídio do exercício
Total do ativo		1.104.971	Total do passivo e patrimônio líquido

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O
PERÍODO DE 16 DE JULHO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

VALORES EXPRESSOS EM REAIS (R\$)		
		16/07/2013 a 31/12/2013
Despesas operacionais		Nota
Despesas com pessoal	11	(181.434)
Despesas administrativas	12	(13.264)
Despesas tributárias		(737)
 Resultado financeiro		 15.881
Receitas Financeiras	4	16.274
Despesas financeiras		(393)
 Resultado antes da tributação		 (165.551)
sobre o lucro e participações		
Imposto de renda e contribuição social		(165.551)
Prejuízo do exercício		(165.551)
Prejuízo por ação		0,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
PERÍODO DE 16 DE JULHO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015**
(VALORES EXPRESSOS EM RÉAL BRASILEIRO)

	(VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)	16/07/201 Nota	a 31/12/201
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Precípito do exercício	(165.551)		
Variação de Ativos e Obrigações	68.111		
(Aumento) Redução a recuperar	(2.405)		
Aumentos obrigações sociais e trabalhistas	60.055		
Aumento obrigações fiscais	65		
Aumento outras obrigações	3.522		
Aumento provisões	6.291		
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(97.434)		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Integralizações de capital social	1.200.000		
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.200.000		
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4	1.102.564	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.102.564	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)

1. Contexto operacional: A Companhia Paranaense de Securitytization – PRSE¹ (‘Companhia’ ou ‘PRSE’) é uma sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Paraná, constituída no dia 16 de julho de 2015, nos termos da Lei Estadual nº 18.468/2015, tendo seus atos constitutivos registrados e arquivados na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, no dia 24 de julho de 2015, sob NIRE nº 41300292220. A PRSE é vinculada institucionalmente à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, regida pelo Estatuto Social, pela Lei Federal nº 6.404/1976, pela Lei Estadual 18.468/2015, pelas demais disposições legais. A Companhia tem por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, ou outra forma de obtenção de recursos tanto no mercado de capitais, lastreada em direitos creditórios de titularidade do Estado. O Estado do Paraná realizará com a PRSE instrumento particular de contrato de promessa de cessão de direitos creditórios e outras avenças, a título oneroso, do fluxo de recebimento, para fins de realização da operação de securitytization. A PRSE está em fase pré-operacional. Após medidas administrativas a Diretoria Executiva está autorizada pela Assembleia Geral de Constituição, datada de 16 de julho de 2015, a apresentar o pedido de registro de valores mobiliários na categoria

DOCUMENTO CERTIFICADO

COMENTARIO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 2484690
Documento emitido em 26/04/2016 17:23:32

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 9665 | 29/03/2016 | PÁG. 90

COMPANHIA PARANAENSE DE SECURITIZAÇÃO – PRSEC

CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Av. Vicente Machado, nº 445, 16º andar, Centro, Curitiba/PR, CEP 80.420-902

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2015

SENHORES ACIONISTAS: Apresentamos, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explanatórias dessas da Companhia Paranaense de Seguradora - PRSEC (Código: PRSEC), referente ao período de 16 de julho a 31 de dezembro de 2015, acompanhado do Relatório Auditório Independente e do Parecer do Conselheiro Fiscal. **CONTEXTO OPERACIONAL:** A consorciada Companhia foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.468, de 29 de abril de 2015, tendo sido constituída no dia 10 de maio de 2015, pelo Estado do Paraná, através de lei ordinária, com seus atos constitutivos arquivados na Procuradoria Geral do Estado do Paraná - PGEP, sob o nº 41.000-2015-2000-A. A PRSEC é uma sociedade de economia mista, integrante administrativamente ao Estado do Paraná, vladista do Estado Social, pela Lei Federal nº 6.404/76. O Estadual assume as peças demandas despesas legais operacionais. A Companhia é vinculada à Secretaria da Fazenda e tem por objetivo social a estruturação e implementação de operações que envolvam a execução e distribuição de valores mobiliários, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, em direitos creditícios da titularidade do Estado. A PRSEC encontra-se na fase pré-operacional e sua execução, dentro outras medidas administrativas, está autorizada pela Assembleia Geral de Constituição, em 16/07/2015, a apresentar o pedido de registro de emissão de valores mobiliários, na categoria "B",

sondagem preliminar de potenciais investidores, obtenção de rating para a operação e registro da PRSEC, teve emissão de valores mobiliários, categoria 5, na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Fase 4 - Captação de Recursos: apresentação da estrutura da operação para potenciais investidores, publicação dos avvisos legais necessários à realização da operação, celebração da operação no mês/ano de captação, mediante procedimento de bookbuilding, e posterior liquidação financeira relativamente à subscrição dos valores mobiliários pelos investidores. Na data do encerramento do exercício social de 2015, o processo de estendimenta da operação de capitalização estava em andamento com atividades em desenvolvimento afixas nas Fases 1 e 2, similar ao que é visto no item 1.1, com resultado da finalização das operações para o final de primeiro trimestre de 2016, quando a Companhia iniciou a fase não-operacional para cumprir seu objeto social. **DESEMPENHO OPERACIONAL:** A PRSEC é uma sociedade de R\$ 185.551 (cento e sessenta e cinco mil, cinqüenta e um reais) no período C-17 de julho a 31 de dezembro de 2015, em decorrência de seu caráter pré-operacional, conforme o documento de Informações Lidas Expositivas as relativas a Demonstrações Financeiras (elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil), as quais observaram a legislação societária, as normas emitidas pelo Conselho de Procuradores Contábeis – CPC, aprovadas pelos órgãos reguladores, e demais normativos expedidos pelo Conselho Federal da Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A gestão da PRSEC é realizada com base na existência entre as funções e responsabilidades do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) membros independentes, todos nomeados e remunerados pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja mandato é limitado a 3 (três) anos. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros, todos eleitos e remunerados pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja mandato é limitado a 3 (três) anos. A Diretoria Executiva é composta por até 6 (seis) membros, eleitos pela Convocação do Conselho de Administração, com mandato indefinido de 3 (três) anos, e as respectivas atribuições são aquelas definidas no Estatuto Social da Companhia. A Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e Preservação do Segredo da Companhia, aprovada na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, na data de 17/09/2015, estabelece um conjunto de regras com a finalidade de garantir a preservação dos interesses de seus acionistas e investidores em cumprimento à legislação vigente, tendo por princípios básicos a: i) Obediente à legislação específica a respeito da Companhia e sua sujeição; ii) Adereços às melhores práticas de relações com investidores; iii) Transparência de tratamento com os investidores e o mercado de capitais em geral. **RELACIONAMENTO COM AUDITORES:** Em observância à instrução CVM nº 38/2003, a Companhia adotou preventivamente procedimentos de auditoria interna, com a finalidade de garantir a independência dos resultados de suas operações devido ao eventual conflito de interesse de prestadores de serviços que estejam relacionados a esta instituição. O objetivo desse procedimento visa garantir a completa independência do auditor de auditoria interna do princípio da não-audit e não-direção para os setores de negócios da Companhia, bem como para o cliente, ao promover as situações de pouca relevância para a prestação dos serviços de auditoria independente, com emissão de parecer das Demonstrações Financeiras, elaboração dos relatórios de revisões, especial das Demonstrações Financeiras Trimestrais – H1R e, aísim, a PRSEC contou, mediante licitação, no modalidade de Pregão Eletrônico (Pregão Eletrônico 02/2015 – PRSECI), conforme assinatura do Termo de Contrato PRSECI nº 04-2015, no dia 08/03/2015, a empresa KPMG Auditores Independentes, em atendimento à instrução CVM 381/2003, informando que a KPMG Auditores Independentes não prestará no exercício de 2015 outros serviços que não sejam relacionados a auditoria externa. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 450/2009, conforme alegada, a Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões e expressões no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social, compreendido entre 16 de julho a 31 de dezembro de 2015.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (VALORES EM REAIS EM MILHÕES)			
Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2015
Circulante			
		1.104.971	70.522
Caixa e equivalente de caixa	4	1.102.566	60.050
Caixa		106	23.905
Aaplicações financeiras		1.102.460	37.045
Tributos a recuperar	5	2.405	650
			3.527
			3.629
			6.295
			6.295
Total do ativo		1.104.971	1.034.449
			1.200.000
			(165.551)
			1.104.971
			1.104.971

As notas e colocações são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do Resultado para o
Período de 16 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015
(Valores Expressos em Reais R\$)**

	16/07/20 a 31/12/20
Nota	
Despesas operacionais	(181.43)
Despesas com pessoal	(167.41)
Despesas administrativas	(18.26)
Despesas tributárias	(75)
Resultado financeiro	15.81
Rendimentos Financeiros	16.21
Despesas financeiras	(35)
Resultado antes da tributação	(166.65)
sobre o lucro e participação	
Imposto de renda e contribuição social	(165.55)
Operações de capital	

Prejuízo por ação (0,55)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)

1. Contexto operacional: A Companhia Paranaense de Securitização PRSEC ("Companhia" ou "PRSEC") é uma sociedade de economia mista integrante da administração indireta do Estado do Paraná, constituída no

16 de julho de 2015, nos termos da Lei Estadual nº 13.469/2015, tendo seu ato constitutivo res subscritos e arquivados na Jarda Comercial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - PGEP, no dia 24 de julho de 2015, sob NIRE nº 31420252220 AFRESC vinculada ao licenciamento à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, respeitado se pelo Estatuto Social, pela Lei Federal nº 8.142/1976, pela Lei Estadual 16.488/2015 e pelas demais disposições legais. A Companhia tem por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, cuja outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreada em direitos creditícios da tributabilidade do Estado. O Estado do Paraná realizará com o PRSEC instrumento pecuniário de contrato de promessa de cessão de direitos creditícios a título ressalvado, a título oneroso, do fluxo de recebimento, para fins de realização da operação de securitização. A PRSEC está em fase de operacionalização. Apesar das adversidades enfrentadas, a Executiva esteve sempre comprometida com a Administração Pública, e, de modo a garantir a continuidade da operação e melhoria do registro de cativos, mantém, a partir de 2015, a apresentação e medição de registradores de cativos, mediante a IN CVM nº 456-2009 e demais normas estabelecidas para fins de operacionalização do seu projeto social. Em conjunto com o Banco HSBC, a PRSEC está na fase de estruturação da operação de securitização dos direitos creditícios oriundos do Programa Paraná Competitivo, Se tributária do Estado do Paraná, cuja implementação é resultado de fluxo de recebimento e sua montagem financeira é a devida e integralização daquela e elaboração das modalidades de contratação.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais atingiram a legislação brasileira, os pronunciamentos interpretativos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) promulgados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras da Companhia não estão sendo apresentadas de formacompanhia, devido a sua recente constituição. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizada a sua emissão na data de 15 de fevereiro de 2016. **2.2 Base de mensuração:** 2.2.1 As bases de mensuração para os ativos e passivos são as mesmas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
PERÍODO DE 16 DE JULHO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)**

<p>luxos de caixa das atividades operacionais</p> <p>recurso de exercícios</p> <p>variação de Ativos e Obrigações</p> <p> aumento tributos a recuperar</p> <p> aumentos obrigações sociais e trabalhistas</p> <p> aumento obrigações fiscais</p> <p> aumento outras obrigações</p> <p> aumento provisões</p> <p> total líquido aplicado nas atividades operacionais</p> <p>luxos de caixa das atividades de financiamento</p> <p> integralizações de capital social</p> <p> total líquido proveniente das atividades de financiamento</p>	<p>Nota 16/07/20 a 31/12/20</p> <p>(165.55)</p> <p>68.1</p> <p>(2.40)</p> <p>60.0</p> <p>61</p> <p>3.51</p> <p>6.21</p> <p>(97.43)</p> <p>1.200.00</p> <p>1.200.00</p> <p>1.102.50</p>

auxili e equivalentes de cada item do exercício

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
TODÔ DE 16 DE JULHO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015**
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS - R\$)

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)	
Exercício do exercício	16/07/2015 a 31/12/2015 (165.551)
Outros resultados abrangentes	
Resultado abrangente do período	(165.551)
Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE 16 DE JULHO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015	
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)	

Luctos ou

	Capital (prejuízos)	Realizado acumulado	Total
--	---------------------	---------------------	-------

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE 16 DE JULHO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)		16/07/2015 a 31/12/2015
sumários adquiridos de terceiros		(11.889)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(11.889)
valor adicionado recebido em transferência		16.272
Participações financeiras		16.272
valor adicionado total a distribuir		4.383
atribuição do valor adicionado		4.383
Pessoal		16.743
Reembolso direto		163.637
I.G.T.		5.526
Impostos, taxas e contribuições		3.521
Reembolso de capitais próprios		(185.551)
Lucros retidos / prejuízos do período		(165.551)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

prêmios para a sua liquidação. A despesa relativa a qualquer processo conhecido no resultado **3.4 Imposto de renda e contribuição social**: imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com as alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R\$ 240.000 no exercício para o imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. O imposto de renda é imposto a pagar essa é arredondado para cima. A contribuição social é imposto a pagar essa é arredondado para baixo. As diferenças entre os impostos de renda e contribuição social resultantes da apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer imposto a pagar com relação a períodos anteriores. O imposto de renda e contribuição social difereis são registrados com base em saldos prévios, lessado bases negativas de contribuição social e diferentes impostos pagos no período anterior. A Administração provê que a taxa de imposto representativa é utilizada para calcular os impostos de renda e contribuição social. A Administração não está considerando levante de recursos para a estrutura social sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais. **3.5 variação do resultado:** A Companhia não registra resultado operacional no balanço por este não lhe presta relevância. A receita neta é a diferença entre as aplicações financeiras. A despesa incorrida no período é restante custos de manutenção da Companhia. O resultado foi apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Caixa e equivalente de caixa: Os valores de caixa e equivalentes de caixa são concedidos, como segue:

Aplicações financeiras: As aplicações financeiras estão inseridas no Banco do Brasil, com fundos destinados classificando como de curto prazo, denominado SB Curve Preparado Setor Público – FICF, cujas cotas estão subscritas pelo Banco Central e são avaliadas a preços de mercado e descontadas diariamente. Os rendimentos das aplicações são cálculos de integralização do capital social, demonstrado na nota explicativa nº 10. Os rendimentos das aplicações mensais, no montante de R\$ 16.272, estão registrados como "Reservas especiais".

Ributivos a recuperar: Refer-se ao imposto de renda retido na fonte sobre



COMPANHIA PARANAENSE DE SECURITIZAÇÃO – PRSEC

CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Av. Vicente Machado, nº 445, 16º andar, Centro, Curitiba/PR, CEP 80.420-902

SECURITIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS R\$)

apresentada poderá ser recuperada nos exercícios seguintes, mediante compensação de imposto, com base na opção de base de cálculo positivo.

6. Obrigações sociais e trabalhistas: A Companhia remunera regularmente seus colaboradores, diretoria e conselho fiscal (exceto os membros do conselho de administração, que não possuem remuneração) e é responsável a provisão dos valores relativos a essas remunerações, conforme disposições internas. Em 31 de dezembro de 2015, a composição das obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

	31/12/2015
Salários a pagar	R\$ 525
Pró-fazores a pagar	26.520
FGTS a recolher	97
INSS a recolher	13.415
IRRF sobre folha a recolher	8.619
Total	60.050

7. Obrigações Fiscais: Em 31 de dezembro de 2015, os tributos relativos às Contribuições previstas na Lei Federal nº 10.833 e 10.637, montavam o valor de R\$ 650, sendo R\$ 39 referente a PIS a recolher, R\$ 243 referente a COFINS a recolher e R\$ 368 referente a retâmenos de tributos federais sobre serviços fornecidos.

8. Outras obrigações: Em 31 de dezembro de 2015, o montante R\$ 3.527 refere-se aos honorários contábeis a pagar.

9. Provisões: Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 6.295 corresponde às provisões trabalhistas, tendo a seguinte composição:

	31/12/2015
Provisão de férias	1.323
INSS sobre férias	570
FGTS sobre férias	6.295
Total	6.295

10. Patrimônio líquido: 10.1 Capital social: Em 16 de julho de 2015, data da constituição da PRSEC, o capital social suscrito e integralizado pelo Estado do Paraná, no valor de R\$ 900.000, representado por 900.000 ações ordinárias. No dia 15 de dezembro de 2015, o Estado do Paraná, subscritor as 900.000 ações ordinárias, conforme Boletim de Subscrição de Ações Ordinárias nº 05, e no dia 18 de dezembro de 2015 as integralizou, mediante depósito na conta corrente da Companhia (Banco do Brasil, Ag. 3793-1, conta corrente 11.119, no valor de R\$ 900.000. Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da PRSEC suscrito e integralizado era de R\$ 1.200.000, representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distinhas da seguinte forma:

Acionistas	Ações	RS
Estado do Paraná	1.199.997	1.199.997
George Hermann Rodolfo Tormin	1	1
Maurício Ricardo Machado Costa	1	1
Eugenio Perma	1	1
Total	1.200.000	1.200.000

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais), independente de autorização estatutária, mediante autorização do Conselho de Administração ouvidos se antes o Conselho Fiscal.

10.2 Reserva legal: Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

10.4 Resultado acumulado: No período findo em 31 de dezembro de 2015, a PRSEC reportou prejuízo no valor de R\$ 165.551 em função de sua organização e estruturação, em desacordo com seu caráter pré-operacional.

11. Despesas com pessoal: A composição das despesas com pessoal é a seguinte:

	31/12/2015
Salários e ordenados	4.622
13º salário	3.467
Férias	4.622
Pré-abôres	80.367
Gratificações	6.447
INSS	32.177
FGTS	3.586
Total	167.413

12. Despesas administrativas: A composição das despesas administrativas é a seguinte:

	31/12/15
Honorários contábeis	7.791
Publicações	3.821
Impostos e taxas	1.375
Cartórios	166
Outros	111
Total	13.264

DIRETORIA

George Hermann Rodolfo Tormin – Diretor Presidente
Rogério Perma – Diretor Administrativo

Financeiro e de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Securitização – PRSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explanatórias e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício de 2015. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, datado de 15 de fevereiro de 2016, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade na data de 31 de dezembro de 2015, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. É o Parecer.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2016

João Luiz Giona Junior

Marlene de Souza Strada

Edemilson José Pego

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Companhia Paranaense de Securitização – PRSEC

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Securitização – PRSEC ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 16 de julho de 2015 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela deve manter para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causados por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração adequada apresentada das demonstrações financeiras. A Companhia para planejar os procedimentos de auditoria não são apropriados nos controles internos para o expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam

aceitabilidade, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paranaense de Securitização – PRSEC em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 16 de julho de 2015 a 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DIVA), referente ao período de 16 de julho de 2015 a 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação foi realizada pela Incorporação Sistech Brasil para compor a demonstração das demonstrações financeiras.

Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria apresentados, anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente

apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2016

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF nº 81.716.144/0001-40
NIRE 41.3.0007936-6

Conselho de Administração, na sua reunião realizada em 19 de fevereiro de 2016, aprovou o Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 19 de abril de 2016 no

sedes social da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

(1) o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, relativos ao resultado social findo em 31 de dezembro de 2015;

(2) a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos, conforme proposta consignada nas Demonstrações Financeiras da Companhia;

(3) deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração indicado pelo Acionista BNDES/PR. Os demais membros do Conselho

foram eleitos em 15 de fevereiro de 2016;

(4) formalizar a nomeação dos Conselheiros ao critério de remuneração, nos termos do Acordo do Acionista da Companhia;

(5) a fixação da remuneração global e anual dos Auditores Independentes da Companhia, nos termos do art. 10, Parágrafo Único alínea (vii) do Estatuto Social.

Os documentos relativos às matérias a serem discutidos na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia.

Paranaguá/PR, 22 de março de 2016.

João Gilberto Cominatti Freire

Presidente do Conselho de Administração

ESTADO DE PARANÁ – SECRETARIA DA Fazenda – ROU/PR
Curitiba – Setor Centro da Bacia do Iguaçu – PR
Av. Setor Centro da Bacia do Iguaçu, nº 1000 – Centro
CEP 80.000-000 – Fone: (41) 3225-1000 – Fax: (41) 3225-1000

E-mail: secretaria.fazenda@rou.pr.gov.br
Site: www.rou.pr.gov.br

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando autorizado por escrito.

Portaria nº 001/2014/ROU/PR, de 07/01/2014, art. 1º, parágrafo único, inciso II.

Este documento é de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não podendo ser divulgado, reproduzido, adaptado, traduzido ou alterado, salvo quando